



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

Processo Administrativo nº 5165226/2022

ID (CIDADES): 2022.077E0600022.01.0208

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIACÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES PUBLICITÁRIAS AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Central de Licitações, Compras e Contratos, designada pela Portaria nº 165/2020, de 01/12/2020, publicada em 04/12/2020, com atualizações através das Portarias nº 021/2021 de 23/02/2021, publicada em 25/02/2021, nº 152/2021, de 19/11/2021, publicada em 23/11/2021, nº 178/2021 de 28/12/2021, publicada em 03/01/2022, nº 071/2022 de 31/05/2022, publicada em 01/06/2022, nº 192/2022 de 06/12/2022, publicada em 08/12/2022, nº 015/2023 de 01/02/2023, publicada em 03/02/2023, nº 052/2023 de 28/03/2023, publicada em 29/03/2023, nº. 125/2023, de 31/07/2023, publicada em 01/08/2023, e Portaria da Controladoria Geral do Município nº 029/2021, de 16/12/2021, publicada em 20/12/2021, com fulcro na Lei Federal nº 12.232 de 29/04/2010, Lei Federal nº 4.680, de 18/06/1965, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 7.797, de 14/10/2009 e suas alterações, Decreto Federal nº 57.690, de 01/02/1966, Decreto Federal nº 4.563, de 31/12/2002, Decreto Municipal nº 14.845, de 24/09/2010, Decreto Municipal nº 17.959, de 20/12/2019 e suas alterações, Decreto Municipal nº 16.522, de 16/11/2015 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria, conforme processo administrativo nº 5165226/2022 e de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MELHOR TÉCNICA, visando atender ao **FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON**, vinculado à **Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (SEMCID)**. O Edital encontra-se disponível no site portaldecompras.vitoria.es.gov.br.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Concorrência será realizada em sessão pública, na Sala de Reuniões do Observatório da



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Secretaria de Gestão e Planejamento, localizada no Palácio Municipal Jerônimo Monteiro, Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927, Bloco B, segundo piso, Bento Ferreira – Vitória – ES – CEP 29.050-945, no horário abaixo mencionado.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação (SEGES/CPL).

1.3. DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/02/2024 ÀS 10:00 HORAS.

1.4. Formalização de consultas: Observado o prazo legal, os interessados poderão formular consultas pelos e-mails: jcmurca@vitoria.es.gov.br, fabusnardo@vitoria.es.gov.br, e lapereira@vitoria.es.gov.br informando o número da Concorrência. Contatos podem ser realizados pelos telefones: (27) 3382-6253/6074/6037.

1.5. Os envelopes “A”, “B”, “C” contendo a(s) proposta(s) técnica(s) e o envelope “D” contendo a(s) proposta(s) de preço(s), deverão ser entregues no local, data e horário citados nos itens 1.1 e 1.3.

1.6. O Envelope “E”, contendo os Documentos de Habilitação, **NÃO** deverá ser entregue na data estabelecida no subitem 1.3. Em momento oportuno, a Comissão Permanente de Licitação convocará os licitantes classificados no julgamento final das propostas para apresentação dos documentos de habilitação, em sessão pública em data e hora estabelecida previamente, conforme disposto neste Edital.

1.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja outra comunicação por parte da Comissão de Licitação.

1.8. As empresas que desejarem efetuar a autenticação de sua documentação através de servidor da unidade que realizará a licitação deverão, PREFERENCIALMENTE, realizá-la 01 (um) dia antes da data prevista para a sessão pública, evitando, assim, transtornos no dia da sessão.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias aos veículos e demais meios de divulgação.

2.1.1. Também integram o objeto deste Edital, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

- a)** Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;
- b)** À produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;
- c)** À criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

2.1.2. A contratação dos serviços, elencados no subitem 2.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir os atos, programas, obras, serviços e campanhas Procon Municipal de Vitória, cujo conteúdo deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social.

2.1.3. O planejamento, previsto no subitem 2.1, objetiva subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios e veículos de divulgação tradicionais (off-line) como digitais (on-line), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

2.1.4. As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea “a” do subitem 2.1.1 terão a finalidade de:

- a)** Gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo e os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;
- b)** Aferir o desenvolvimento estratégico, a criação, a veiculação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;
- c)** Possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

2.1.5. Os serviços previstos nos subitens 2.1 e 2.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.1.5.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículos de divulgação.

2.1.6. Para a prestação dos serviços será contratada 01 (uma) agência de propaganda, doravante denominada agência, licitante ou contratada.

2.1.7. Os serviços objeto do presente Edital serão contratados com agência de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenha obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

2.1.8. A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no subitem 2.1 e 2.1.1 deste Edital.

2.1.9. A presente contratação será realizada na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MELHOR TÉCNICA.

3. DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do Art. 10, II, "b" da Lei 8.666/93.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a contratação dos serviços decorrentes do presente Edital correrão à conta da **Dotação Orçamentária:** 17.02.00.14.422.0011.2060, **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.82 e **Fonte de Recurso** 2.990.0010.0000.

5. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor estimado da contratação decorrente deste Edital é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões reais), pelos primeiros 12 (doze) meses.

5.2. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor se reserva do direito de, a seu critério, executar ou não a totalidade do valor contratual.

6. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O licitante fica sujeito à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993 pelos seguintes motivos:

a) Por recusa do adjudicatário/contratado em assinar/receber o Contrato/Ordem de Serviços (OS), dentro dos 05 (cinco) dias úteis após a convocação: até 02 (dois) anos;

b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

c) Apresentar documentação falsa: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;

d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

7.2. Ao(s) Licitante(s)/Contratado poderá(ão) ser aplicada(s), ainda, a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Advertência:

a) Nos casos de atrasos injustificados do início da execução dos serviços em até 10 (dez) dias;

b) Nos casos de faltas leves corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração e para os munícipes.

II. Multas nos seguintes casos e percentuais:

a) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega de material ou execução de serviço superior a 03 (três) dias e até 15 (quinze) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida;

b) Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega de material ou execução de serviço superior a 15 (quinze) dias: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida;

c) Multa de Mora: Pela recusa injustificada em apresentar a garantia contratual no prazo estabelecido no instrumento convocatório: 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços (OS);

d) Multa Compensatória: Por atraso injustificado na entrega de material ou execução de serviço superior a 30 (trinta) dias consecutivos: 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviços (OS) e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviço;

e) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

retirar o contrato uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;

f) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário/contratado em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS) e/ou solicitar cancelamento da execução do contrato antes da emissão da Ordem de Serviço (OS), uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS), com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

g) Multa Compensatória: Por inexecução parcial, injustificada, da Ordem de Serviços (OS): 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada;

h) Multa Compensatória: Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviços (OS), caracterizado pelo atraso na entrega de material ou execução de serviço após 60 (sessenta) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviços (OS) e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviços (OS);

i) Multa Compensatória: Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS) e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviços (OS).

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

a) Fraude na execução do contrato;

b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

7.3. As multas previstas no inciso II do item 7.2, poderão ser descontadas de imediato do pagamento devido, ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.

7.4. As sanções previstas no item 7.1 e no inciso I do item 7.2 poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II do item 7.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.5. As sanções previstas no item 7.1 e nos incisos I e II do item 7.2 são de competência da Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.6. A sanção prevista no inciso III do item 7.2 é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

7.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

7.8. A infringência total ou parcial de quaisquer das cláusulas constantes do Contrato a ser celebrado, poderá, à critério do Município de Vitória, observadas as disposições editalícias, contratuais e legais pertinentes, bem como respeitadas a ampla defesa e o contraditório, ensejar a aplicação à Contratada, as sanções previstas neste Edital e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, na forma dos arts. 87 e 109 da Lei Federal no 8.666/93.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar da licitação, empresas, isoladamente, que sejam especializadas no ramo objeto da presente contratação e que atenderem às disposições deste edital e seus anexos.

8.2. É vedada a participação de empresas:

- a) Que sejam declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- b) Que estejam sob falência, dissolução ou liquidação.
- c) Que estejam incursas nas vedações previstas no Artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) Que estejam suspensas e/ou impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Municipal;
- e) Estrangeiras que não tenham filial, sede ou autorização para funcionar no território brasileiro;
- f) Que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- g) Que não sejam especializadas no ramo do objeto desta licitação, assim como aquelas que não estiverem legalmente constituídas e que não comprovarem sua habilitação;

8.3. A participação das empresas nesta licitação implica na aceitação de todas as condições expressas no presente Edital, seus Anexos e legislação pertinente.

8.4. O licitante arcará integralmente com todos os custos da preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento e abertura dos envelopes, mediante documento formalizado no Protocolo Virtual da Prefeitura Municipal de Vitória, através do site



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

protocolo.vitoria.es.gov.br, com indicação do representante e telefone para contato.

9.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o(s) licitante(s) que não o fizer(em) até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento e abertura dos envelopes.

9.3. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, da Lei 8.666, de 1993.

9.4. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

9.5. O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

9.6. Os recursos deverão ser formalizados no Protocolo Virtual da Prefeitura Municipal de Vitória, através do site protocolo.vitoria.es.gov.br, com indicação do representante e telefone para contato.

9.7. O recurso será dirigido à Autoridade Competente, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

9.8. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. Na data, hora e local designados, a Comissão Permanente de Licitação dará início a abertura da sessão, procedendo ao recolhimento dos documentos referentes ao CREDENCIAMENTO.

10.2. O representante de cada proponente deverá proceder ao respectivo CREDENCIAMENTO, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para interpor ou renunciar à interposição de recursos, bem como praticar todos os atos inerentes ao certame, observando o seguinte:

10.2.1. Caso a empresa se faça representar por terceiros, deverá apresentar EM SEPARADO:

I. Cópia do instrumento procuratório público ou particular ou CARTA CREDENCIAL (modelo ANEXO), que outorgue a seu representante poderes específicos para a prática de todos os atos inerentes ao certame;

II. Cópia (ou original) da cédula de identidade ou documento equivalente, do representante a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ser credenciado para o certame;

III. Cópia do contrato social e suas alterações ou última alteração contratual consolidada e demais alterações posteriores se existirem.

10.2.2. Fazendo-se representar por proprietário, sócio ou diretor, este deverá comprovar a condição alegada de representante, e, conseqüentemente, posse de poderes para prática de todos os atos inerentes ao certame. Para tal, deverá apresentar EM SEPARADO:

I. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e sua consolidação ou alterações em vigor;

II. Cópia (ou original) de sua cédula de identidade, ou documento equivalente.

10.3. Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante, que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste edital, em nome da representada.

10.4. A empresa licitante que não apresentar os documentos referentes ao credenciamento não será considerada inabilitada, porém, declinará do direito de praticar qualquer ato inerente ao certame licitatório.

11. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA, DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

11.1. Os interessados em participar da presente Concorrência deverão apresentar, **com exceção** do Envelope **“E” - HABILITAÇÃO**, à Comissão Permanente de Licitação no dia, hora e local definido neste Edital, envelopes distintos, fechados e indevassáveis.

11.2. Todos os envelopes deverão ser apresentados conforme informações ilustradas abaixo, sendo que o Envelope **“A” – PROPOSTA TÉCNICA – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – Via não identificada** será fornecido, **exclusivamente**, pela Prefeitura Municipal de Vitória e distribuído com as informações devidamente impressas, uma vez que não deve conter quaisquer informações que possam identificar o licitante.

ENVELOPE A – PROPOSTA TÉCNICA * modelo a ser fornecido pelo FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON (conforme instruções no item 11.3)

PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - VIA NÃO IDENTIFICADA

ENVELOPE B – PROPOSTA TÉCNICA

PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - VIA IDENTIFICADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:

REPRESENTANTE LEGAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

ENVELOPE C – PROPOSTA TÉCNICA

CONJUNTO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:
REPRESENTANTE LEGAL:

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

ENVELOPE D – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:
REPRESENTANTE LEGAL:

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

ENVELOPE E – HABILITAÇÃO * a ser entregue posteriormente, por solicitação da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:
REPRESENTANTE LEGAL:

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

11.3. O Envelope “A”, reservado à **via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária** da Proposta Técnica será fornecido pelo Município de Vitória em formato padrão e com as informações devidamente impressas e deverá ser retirado pela empresa participante na sala da Comissão Permanente de Licitação – SEGES/CPL, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927, 2º Piso, Bloco B, Bairro Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP: 29.050-945, telefone: 3382-6037/6074 no horário de 08:00h às 18:00h.

11.4. Os Envelopes “B” e “C” são de responsabilidade da licitante, com formato a seu critério e deverão ser apresentados de acordo com as informações deste Edital.

11.5. O Envelope “D” – PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser providenciado pela própria licitante, devendo ser opaco, lacrado e identificado conforme definido neste Edital.

11.6. O Envelope “E” – Habilitação deverá ser entregue em data posterior, conforme convocação realizada pela Comissão Permanente de Licitação – SEGES/CPL.



12. DA PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPES “A”, “B” e “C”

12.1. A proposta técnica deverá ser apresentada em 03 (três) invólucros distintos, destinados um para a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária (**Envelope A**), um para a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária (**Envelope B**) e outro para o Conjunto de Informações do Proponente (**Envelope C**), integrantes da proposta técnica que consistirá de um conjunto de textos e anexos.

12.2. As vias não identificadas (**Envelope A**) e identificadas (**Envelope B**) do Plano de Comunicação Publicitária deverão ser apresentadas seguindo formatação padrão, a saber:

- a) Papel formato A4, com 75 a 90 gr/m², na cor branca; encadernação espiral na cor preta; capa transparente e contracapa na cor preta;
- b) Fonte Arial e suas variações de formatação (normal, negrito, itálico, sublinhado); corpo 12; cor preta; alinhamento justificado; espaçamento entre linhas 1,5; espaçamento de parágrafos 6 pontos (antes e depois); margens de Página em configuração Normal (Superior: 2,5 cm / Inferior: 2,5 cm / Esquerda: 3 cm / Direita: 3 cm);
- c) Sem numeração de linhas; com numeração de página no canto inferior direito em fonte Arial, corpo 9, cor preta;
- d) Os textos, no total, não poderão exceder a **15 (quinze) laudas** com no máximo 30 (trinta) linhas cada uma. Os anexos, **para cada tópico que os admita**, não serão em número superior a 05 (cinco).

12.2.1. O **Envelope “A”** deverá estar sem fechamento e sem rubrica, para preservar, até a abertura do **Envelope “B”**, o sigilo quanto à sua autoria. O **Envelope “A”** não poderá:

- a) Ter nenhuma identificação;
- b) Apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante;
- c) Estar danificado ou deformado pelas peças, pelos materiais e demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da licitante.

12.3. O **Envelope “B”**, reservado à **via identificada do Plano de Comunicação Publicitária**, deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo constar o mesmo teor e formatação da via não identificada – Envelope “A”, sem os exemplos de peças referentes à “Ideia Criativa”, apresentando em seu exterior a devida identificação conforme modelo constante deste Edital.

12.4. Para efeito de avaliação nesta fase, a licitante deverá apresentar uma campanha simulada sobre o tema hipotético, conforme “Briefing” (documento anexo), contendo o **Plano de Comunicação Publicitária** e o **Conjunto de Informações do Proponente**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

12.5. O Plano de Comunicação Publicitária versará sobre os seguintes quesitos, a serem apresentados na ordem abaixo determinada:

12.5.1. Raciocínio Básico: Constituído de texto, em que a licitante deve expressar seu entendimento sobre a Prefeitura Municipal de Vitória, suas linhas de atuação e suas necessidades de comunicação;

12.5.2. Estratégia de Comunicação Publicitária: Constituída de texto em que a licitante exporá o conceito e o partido temático que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a comunicação da Prefeitura Municipal de Vitória, defendendo essa opção, examinando e descartando conceitos alternativos;

12.5.3. Ideia Criativa: Apresentação em forma de texto da síntese da estratégia de comunicação publicitária, expressa sob a forma de uma redução de mensagem, que pode ou não assumir a forma de um slogan, que constitua uma proposta de solução para o problema específico de comunicação. A ideia criativa deverá ser acompanhada de **anexos**, sendo estes exemplos de peças que a corporifiquem objetivamente, apresentados sob a forma de roteiros e textos digitados, limitados a um para cada tipo de peça, em número máximo de 05 (cinco) anexos, podendo ser anexados "layouts", "storyboards", "monstro de rádio", "monstro de VT", inclusive para peças de internet, etc.

12.5.3.1. As peças da Ideia Criativa, constantes do **Envelope A** deverão ser impressas em formato a critério da agência, e obrigatoriamente afixadas sobre pranchas avulsas de papel formato A3, na cor preta do lado em que as peças serão coladas e na cor parda do lado oposto, entre 200 a 500 gr/m³, sem encadernação, sem capa ou película protetora, em tamanho e formato que permitam sua anexação ao envelope sem danificação, rasura ou alteração do mesmo ou das próprias peças.

12.5.3.2. Qualquer peça de mídia eletrônica (monstros de TV, rádio e peças para internet, entre outros) deverá ser gravada em CD ou DVD (mídia não regrável), armazenado em estojo de tampa acrílica e fundo preto, com capa em papel branco tamanho 12 x 12 cm, que especifique em texto o tipo de peça (fonte Arial, cor preta, corpo 10) conforme exemplo abaixo:

PROPOSTA TÉCNICA

IDEIA CRIATIVA – MÍDIA ELETRÔNICA

PEÇA: MONSTRO RÁDIO

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

12.5.3.3. O mesmo texto deverá ser impresso em etiqueta branca, afixada sobre o CD ou DVD;

12.5.3.4. Os arquivos gravados no CD ou DVD deverão ser nominados conforme a peça que representam. Ex: "monstro_radio.mp3"; "monstro_TV.wmv". Arquivos de áudio devem ser gravados no formato MP3; e de vídeo no formato WMV ou MP4;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

12.5.4. Estratégia de Mídia: De acordo com as informações do *briefing* e com averba colocada como referencial para a campanha publicitária, a licitante deverá demonstrar através de textos:

12.5.4.1. A capacidade para atingir e sensibilizar os principais públicos da campanha, permitida a inclusão de tabelas;

12.5.4.2. A simulação de plano de distribuição das peças de que trata o quesito Ideia Criativa, acompanhada de texto em que se explicitem e justifiquem as premissas;

12.5.4.3. A utilização dos recursos mediante apresentação da distribuição percentual da verba disponível, nas rubricas de estudo e pesquisa, produção e veiculação, justificando a aplicação;

12.5.5. Tabelas de simulação do plano de distribuição das peças serão consideradas como **anexo único**;

12.5.6. A licitante quando da elaboração da simulação do plano de mídia e bem como nos custos de produção, de que trata o quesito Ideia Criativa, obrigatoriamente, deverá utilizar como base para a proposta técnica os valores dos custos de criação, produção e veiculação das respectivas tabelas (valor cheio), sem considerar os percentuais que serão ofertados nas respectivas propostas de preço.

12.6. O Envelope “C”, reservado ao **Conjunto de Informações do Proponente** versará sobre os seguintes quesitos, a serem apresentados na ordem abaixo determinada, não podendo apresentar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada, que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro “B” - Via Identificada do Plano de Comunicação Publicitária, sob pena de desclassificação.

12.6.1. Cada envelope será específico sendo um para Repertório e outro para Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, respeitando-se as exigências contidas no item 12.6.

12.6.2. Capacidade de atendimento: a licitante deverá apresentar as informações em caderno específico, orientação retrato, com ou sem uso de cores, em formato A4 ou A3 dobrado, numerado sequencialmente, rubricado em todas as páginas e assinado na última, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pelo setor de atendimento da licitante, na execução do contrato, incluídos os prazos a serem cumpridos em condições normais de trabalho para a criação de peça avulsa ou campanha e a elaboração de plano de mídia, bem como as informações de comunicação a serem colocadas regularmente à disposição da CONTRATANTE, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

12.6.3. A Capacidade de Atendimento poderá ser constituída de textos, tabelas, quadros, planilhas, diagramas, fotos e outros recursos.

12.6.4. Quantificação e qualificação do perfil dos profissionais, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação acadêmica e experiência), que poderão ser postos à disposição da linha de atuação, de maneira discriminada, por setor da licitante (estudo e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

pesquisa, planejamento, criação, produção de rádio, cinema e televisão, produção gráfica, mídia e atendimento), devendo a licitante indicar, caso a caso, quantos profissionais de cada nível servirão à linha de atuação;

12.6.5. Relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante, com especificação do período de atendimento de cada um deles.

12.6.6. Infraestrutura e instalações da licitante que estarão à disposição do Município de Vitória para a execução do contrato.

12.6.7. Repertório: a licitante deverá apresentar os documentos, informações e peças que indique o desempenho do proponente na prestação de serviços publicitários a outros clientes, tanto do setor público quanto do setor privado, acompanhado de reprodução de peças em um CD ou DVD, em número máximo de 03 (três) filmes de TV, 03 (três) spots de rádio, 03 (três) anúncios de jornal, 03 (três) anúncios de revista e até 03 (três) peças de “mídia exterior”, com as respectivas fichas técnicas e apresentação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver.

12.6.7.1. Cada peça deverá conter **ficha técnica** com a identificação da licitante, data de produção, relação dos profissionais envolvidos no trabalho, período de veiculação e a indicação de pelo menos 01 (um) veículo que a divulgou.

12.6.7.2. Não serão aceitos trabalhos que configurem apresentação de materiais especulativos, condenados pela Legislação da Propaganda, nem mesmo a título de exemplo ou sugestão.

12.6.8. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: a licitante deverá apresentar até 03 (três) “cases stories”, sob **forma de texto** descritivo dos problemas enfrentados, das soluções encontradas e dos resultados alcançados. Os “cases” deverão ser endossados pelos respectivos anunciantes, permitida a inclusão de até 05 (cinco) peças de qualquer tipo para cada relato.

12.7. O conjunto de textos referente ao Conjunto de Informações da Licitante não poderá exceder o total de 15 (quinze) laudas, com no máximo 30 (trinta) linhas cada.

12.8. Tanto para o item Repertório quanto para o item **Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação** somente serão aceitas como válidas peças e campanhas de comunicação desenvolvidas e veiculadas de **2019 até a presente data**.

13. DO ENVELOPE “D” - PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada de acordo com o modelo ANEXO e apresentada em caderno único, em papel, redigida em língua portuguesa, sem emendas, 4entrelinhas, rasuras ou ressalvas, contendo a razão social da empresa, endereço, telefone, e-mail e nome do representante legal, data e assinatura do representante legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

13.2. Ressalvadas as disposições do edital, os valores constantes na proposta deverão incluir todas as despesas com materiais, ferramentas, mão de obra, embalagens, equipamentos auxiliares, instrumentos de medição, máquinas em geral, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto.

13.3. O documento deverá ter a informação de que o prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, ficando estabelecido que na omissão desta informação, será considerado esse prazo.

13.3.1. A licitante que não aceitar prorrogar o prazo de validade expirado na abertura dos invólucros com as Proposta de Preços ou antes do encerramento do certame será desclassificada.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que desobedecerem às condições do presente Edital e que apresentem rasuras, falhas e/ou inconsistências que impossibilitem a sua compreensão, correção e/ou aceitação, assim como, àquelas que oferecerem descontos superiores aos limites máximos estabelecidos pelo Conselho Executivo de Normas Padrão – CENP.

13.5. São limítrofes, os seguintes percentuais para a composição da Proposta de Preços, sob pena de desclassificação:

a) Percentual de desconto inferior a 65% (sessenta e cinco por cento), a ser concedido a Prefeitura de Vitória, sobre os custos internos dos serviços executados por esta licitante, baseados na Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Espírito Santo, referentes a peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

b) Percentual de honorário superior a 10,5% (dez e meio por cento), a serem cobrados da Prefeitura de Vitória, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

c) Percentual de honorário superior a 10,5% (dez e meio por cento), a serem cobrados da Prefeitura de Vitória, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes aos serviços descritos abaixo:

I. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

II. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

III. À reimpressão de peças publicitárias.

13.6. Serão desclassificadas as Propostas de Preço que não contiverem a previsão do repasse à Prefeitura de Vitória de 2% (dois por cento) do desconto-padrão concedido as Agências de Propaganda pelos veículos de divulgação.

13.7. O Envelope “D” - PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “E”

14.1. Para habilitação deverá a licitante apresentar, no **ENVELOPE “E” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, os documentos especificados a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega ou solicitação de documento” em substituição.

14.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.2.1. Para habilitação jurídica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

a) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual, com o “Objeto Social” compatível com o objeto da licitação. A empresa que apresentar Registro Comercial com Objeto Social não semelhante ao objeto licitado, será considerada INABILITADA;

b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO ou alterações em vigor, com o “Objeto Social” compatível com o objeto da licitação, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social não compatível com o objeto licitado, será considerada INABILITADA;

c) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

14.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

14.3.1. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.4.1. Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Comprovação de que a licitante presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza compatível com o objeto desta licitação. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado (s), devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.
- b) **CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** de funcionamento, emitido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

14.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.
 - i. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ii. A O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

b) CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo ao último exercício social, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

i. Termo de abertura;

ii. Termo de encerramento;

iii. Balanço Patrimonial;

iv. Demonstração de Resultado do Exercício;

v. A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas “i” e “ii” acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

14.5.2. A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados conforme o **inciso b** do item 14.5.1 deste Edital, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

ILC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ILG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

ISG = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

14.5.3. Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

14.5.4. As empresas deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) do valor ESTIMADO para o período de 12 (doze) meses da contratação, perfazendo o valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme determina a Lei nº 8.666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

14.5.5. Para fins do disposto do inciso II, do subitem 14.5.1, o exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de **MAIO** do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de **ABRIL** do ano subsequente, para as demais licitantes.

14.5.6. Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura.

14.6. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

14.6.1. Os licitantes que invocarem a condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, deverá apresentar, além da documentação prevista para habilitação, a seguinte declaração:

I. **DECLARAÇÃO** de que, sob as penas da lei, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como não está incursa nas vedações previstas no mesmo diploma legal, conforme modelo ANEXO.

14.6.2. Caso o licitante não atenda o requisito aqui especificado, decairá do direito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores.

14.7. DOS OUTROS DOCUMENTOS

14.7.1. Para complementar a documentação habilitatória da Licitante, deverá ser apresentada as seguintes Declarações:

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo, na forma do ANEXO;

b) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do ANEXO.

14.8. DAS OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

14.8.1. Quanto à documentação exigida para fins de habilitação, a empresa licitante poderá, a seu critério, utilizar-se do SICAF EXCLUSIVAMENTE para fins de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, sendo obrigatória, neste caso, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido, emitido pelo SICAF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

14.8.2. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral não isenta a empresa da apresentação dos documentos não atestados no referido certificado, necessários à habilitação da mesma no certame, nos termos deste Edital.

14.8.3. A dispensa de entrega dos documentos, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral, somente será possível para aqueles que estiverem válidos no SICAF.

14.8.4. As licitantes poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados no SICAF.

14.8.5. Os documentos deverão ser apresentados em originais, via Internet ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor da unidade realizadora do certame, ou por órgãos da imprensa oficial, ficando os mesmos como parte integrante do processo Licitatório nos termos do Art. 32 da Lei 8666/93.

14.8.6. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, a Comissão considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Vitória, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

14.8.7. A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pela Comissão Permanente de Licitação, através dos respectivos sites.

14.8.8. Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, sob pena de desclassificação.

15. DOS CRITÉRIOS E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

15.1. A Subcomissão Técnica, analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

15.2. Na apreciação das Propostas Técnicas será considerada a linha de atuação desenvolvida, sendo certo que receberá um máximo de 100 (cem) pontos distribuídos entre os diversos tópicos de julgamento, da **FORMA ESTABELECIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

15.3. A Subcomissão Técnica, individualmente, analisará e julgará o Plano de Comunicação Publicitária (Envelope A – via não identificada), desclassificando-se as que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas neste edital e seus anexos, atribuindo notas aos quesitos conforme Tabela de Pontuação dos Itens – Plano de Comunicação Publicitária.

15.4. É vedada a aposição, a qualquer parte da via não identificada (Envelope A) do Plano de Comunicação Publicitária, de marca, sinal ou palavra que possibilite a identificação do seu proponente antes da abertura do invólucro B, conforme § 2º do art. 9º da Lei 12.232/2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

15.5. É vedada a aposição ao invólucro destinado ao Conjunto de Informações do Proponente (Envelope C), assim como dos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do Plano de Comunicação Publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros B, conforme estabelecido no § 2º do art. 9º da Lei 12.232/2010.

15.6. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

15.7. A nota de cada licitante corresponderá ao somatório das notas de todos os quesitos.

15.8. A **Subcomissão Técnica** elaborará ata de julgamento do **Plano de Comunicação Publicitária** e encaminhará à Comissão de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

15.9. A Subcomissão Técnica, individualmente, analisará e julgará o Conjunto de Informações do Proponente (Envelope C), desclassificando-se as que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas neste Edital e seus anexos, atribuindo notas aos quesitos conforme Tabela de Pontuação dos Itens – Conjunto de Informações do Proponente.

15.10. A Subcomissão Técnica elaborará ata de julgamento do Conjunto de Informações de cada lote e encaminhará à Comissão Permanente de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

15.11. A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas.

15.12. Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da comissão e passará a compor o processo da licitação.

15.13. A Comissão de Licitação estabelecerá o dia e a hora para realização de sessão pública visando apuração do resultado geral das propostas técnicas, com os seguintes procedimentos:

- a)** Abertura dos invólucros com a via identificada do plano de comunicação publicitária;
- b)** Cotejo entre as vias identificadas (envelope B) e não identificadas (envelope A) do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria;
- c)** Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

d) Proclamação do resultado do julgamento geral da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

15.14. Em caso de empate no resultado geral das propostas técnicas, terá preferência a licitante que, na ordem a seguir, sucessivamente:

- a)** obtiver a maior nota no quesito Estratégia de Comunicação Publicitária;
- b)** obtiver a maior nota no quesito Ideia Criativa;
- c)** obtiver a maior nota no quesito Estratégia de Mídia;
- d)** obtiver a maior nota no quesito Raciocínio Básico.

15.15. Persistindo o empate, será estabelecido o critério do § 2º do art. 45, da Lei 8.666/93.

15.16. Será desclassificada a Proposta que:

- a)** não atender às exigências do presente Edital e de seus Anexos;
- b)** não alcançar, no resultado geral, a nota mínima de 70 (setenta) pontos;
- c)** obtiver nota 0 (zero) em quaisquer dos quesitos a que se referem este capítulo.

15.17. Se houver desclassificação de alguma proposta técnica por descumprimento das disposições do instrumento convocatório, ainda assim será atribuída pontuação a seus quesitos, a ser lançada em planilhas que ficarão acondicionadas em invólucro fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expirem os prazos para interposição de recursos relativos a essa fase da licitação, exceto nos casos em que o descumprimento resulte na identificação do proponente antes da abertura do envelope B, reservado à via identificada.

15.18. Será classificada em primeiro lugar, na fase da Proposta Técnica de cada lote, a licitante que obtiver a maior pontuação no somatório das notas dos quesitos.

15.19. Divulgada a classificação final das Propostas Técnicas, serão designados, em publicação em veículo impresso regional de grande circulação, dia e hora para abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das licitantes classificadas tecnicamente.

15.20. Os ENVELOPES “D” – PROPOSTA DE PREÇOS serão mantidos fechados sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os representantes credenciados dos licitantes.

16. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO E JULGAMENTO FINAL DO CERTAME

16.1. Decorrido o prazo recursal referente à Proposta Técnica, não havendo interposição de recursos, a Comissão de Licitação, no dia e hora designados, procederá à abertura do **ENVELOPE “D” - Proposta de Preços** e verificará quanto ao atendimento das especificações



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

exigidas e modelo constante do Anexo apresentado no edital, fazendo constar em ata os respectivos preços propostos pelas licitantes em ordem crescente de valores.

16.2. Será considerada a Proposta de menor preço a que obtiver, simultaneamente, a **MENOR SOMA DOS PERCENTUAIS DE HONORÁRIOS** e apresentar o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, todos do subitem 13.5 deste Edital.

16.3. Caso a mesma proposta não apresente as condições estabelecidas no subitem anterior, será considerada a Proposta de menor preço aquela que apresentar a menor soma dos percentuais de honorários/comissão.

16.4. Se houver empate, será considerada como Proposta de menor preço a que apresentar, sucessivamente:

- a) Menor percentual de honorários mencionados na alínea “b” do subitem 13.5;
- b) Menor percentual de honorários mencionados na alínea “c” do subitem 13.5;
- c) Menor percentual de comissão mencionado na alínea “d” do subitem 13.5;
- d) Maior percentual de desconto mencionado na alínea “a” do subitem 13.5.

16.5. Se a licitante mais bem classificada no julgamento técnico não tiver apresentado a Proposta de menor preço, nos termos estabelecidos neste item, a Comissão de Licitação deverá proceder com ela a negociação de que trata o inciso II, §1º do art. 46 da Lei nº 8.666/1993.

16.6. A negociação disposta no subitem anterior, terá como referência os menores percentuais de honorários apresentados e o maior percentual de desconto, independentemente de estarem na mesma proposta.

16.7. No caso de insucesso na negociação com a licitante mais bem classificada no julgamento técnico, procedimento idêntico será adotado pela Comissão de Licitação, sucessivamente, com as demais licitantes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para as contratações previstas no presente certame, em observância ao inciso III do §1º do art. 46 da Lei nº 8.666/1993.

16.8. As propostas de preços serão devolvidas intactas aos licitantes que não forem preliminarmente classificados ou que não obtiverem a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

16.9. Da sessão de abertura dos envelopes “D”, será lavrada ATA circunstanciada, que será rubricada por todos os Licitantes presentes e pela Comissão de Licitação e publicada no veículo de imprensa oficial do Município, abrindo prazo para interposição de recurso, conforme disposto na alínea b do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

16.10. A Comissão de Licitação convocará os licitantes classificados no julgamento final das propostas técnicas e de preços para apresentação dos documentos de habilitação – Envelope “E”, os quais serão recebidos e abertos em sessão pública.

16.11. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme estabelecido neste Edital.

16.12. Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “E”, será lavrada ATA circunstanciada, que será rubricada por todos os Licitantes presentes e pela Comissão de Licitação. Serão considerados habilitados os Licitantes que atenderem integralmente as condições previstas neste documento.

16.13. Considerando a inversão de fases, própria do procedimento executado à luz da Lei Federal 12.232/2010, a Comissão de Licitação divulgará o resultado da Habilitação e Julgamento final do certame, abrindo-se o prazo para interposição de recurso.

17. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação do resultado do certame e adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

18. DO CONTRATO

18.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente, observado o disposto no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

18.2. Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura.

18.3. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

18.4. A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste edital.

18.5. A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

19. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. A Contratada deverá iniciar a execução do serviço em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços (OS).

19.2. O prazo de execução dos serviços fica fixado em 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços (OS). Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão contratante.

19.3. Os serviços deverão ser executados conforme descrito neste documento, no termo de referência e no instrumento contratual.

20. DAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

20.1. A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:

20.1.1. Gestor do Contrato:

Nome Completo: **Raquel Zippinotte Vionet Leão**

Matrícula: 636815

Cargo: Gerente de Proteção e Defesa do Consumidor - respondendo

Setor de Trabalho: SEMCID/GPDC

E-mail: raquelvionet@vitoria.es.gov.br

Telefone para contato: (27) 33826698

20.1.2. Designação do Fiscal do Contrato:

Nome Completo: **Fernanda da Silva Mota**

Matrícula: 632352

Cargo: Assessor(a) Técnica

Setor de Trabalho: SEMCID/GPDC

E-mail: fsmota@vitoria.es.gov.br

Telefone para contato: (27) 33826698

20.2. Esses serão responsáveis por fazer a gestão e fiscalizar a execução do contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terá(ão) poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção.

20.3. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste Edital e seus anexos.

20.4. A fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da Contratada pela perfeita execução dos serviços objeto deste Edital.

20.5. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

20.6. A Contratada adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, distribuição ou veiculação, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a Contratante.

20.7. A autorização, pela Contratante, dos planos de mídia e dos serviços executados pela Contratada ou por seus fornecedores de bens e de serviços especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação das veiculações e dos serviços.

20.8. A ausência de comunicação por parte da Contratante, referente a irregularidade ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste Edital.

20.9. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

20.10. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à Contratante.

20.11. A Contratante é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste Edital, juntamente com representante credenciado pela Contratada.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Realizar, com seus próprios recursos e/ou mediante a contratação de terceiros, todos os serviços relacionados com o objeto deste Edital, de acordo com as especificações estipuladas pela Prefeitura.

21.2. Centralizar na Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho - SEMCID, a gestão da publicidade do Procon Municipal de Vitória, submetendo todo material a ser produzido pela CONTRATADA à análise prévia da SEMCID.

21.3. Utilizar os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços objeto deste Edital, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela SEMCID.

21.4. Substituir, a qualquer tempo, a pedido da SEMCID, específica ou definitivamente, qualquer profissional da equipe técnica da empresa que esteja realizando ou esteja designado para executar trabalho(s) para a Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

- 21.5.** Estar apta, a qualquer tempo, a prestar os serviços previstos ou os inerentes ao objeto contratado, destacando pessoa disponível para o atendimento das solicitações da Prefeitura durante todo o período da vigência do Contrato.
- 21.6.** Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações junto a terceiros e transferir, integralmente, Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, descontos especiais (além dos normais, previstos em tabelas), bonificações, reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens.
- 21.7.** Negociar sempre as melhores condições de preço para os direitos autorais de imagem e som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias.
- 21.8.** Fazer cotação de preços para todos os serviços de terceiros e apresentar, no mínimo, 03 (três) propostas, com a indicação da mais adequada para sua execução.
- 21.8.1.** Se não houver possibilidade de obter 03 (três) propostas, a agência deve apresentar as justificativas pertinentes, por escrito.
- 21.9.** Obter a aprovação prévia da SEMCID, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada ao objeto desta concorrência.
- 21.10.** Responsabilizar-se por produtos e/ou serviços realizados por meio de contratação de terceiros, zelando pelos cumprimentos dos prazos e pela qualidade da entrega final.
- 21.11.** Submeter à aprovação da SEMCID a contratação de serviços ou compra de material de empresas em que a agência ou seus funcionários tenham, direta ou indiretamente, participação societária ou qualquer vínculo comercial.
- 21.12.** Orientar a produção e a impressão das peças gráficas (folhetos, cartazes, mala-direta, etc.) aprovadas pela SEMCID.
- 21.13.** Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da SEMCID, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários, desde que essas ocorrências não tenham sido causadas pela própria agência.
- 21.14.** Só divulgar informações que envolvam o nome da CONTRATANTE, acerca da prestação dos serviços objeto deste Contrato, mediante sua prévia e expressa autorização.
- 21.15.** Prestar esclarecimentos à SEMCID sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a agência, independentemente de solicitação.
- 21.16.** Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.
- 21.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que der causa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

21.18. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.

21.19. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta concorrência, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

21.20. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

21.21. Apresentar, quando solicitado pela SEMCID, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

21.22. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a Prefeitura.

21.23. Em casos de contratação de terceiros para a execução, total ou parcial, de serviços estipulados neste instrumento, exigir dos eventuais contratados, no que couber, as mesmas condições do presente Contrato.

21.24. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da SEMCID.

21.25. Responder perante ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Consumidor e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto desta concorrência.

21.26. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

21.27. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato a ser firmado após esta concorrência.

21.28. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a agência adotará as providências necessárias no sentido de preservar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e de mantê-lo a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor das importâncias que esta tenha sido obrigada



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data do efetivo pagamento.

21.29. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedades ou direitos autorais, relacionados com os serviços objeto desta Concorrência.

21.30. Disponibilizar à SEMCID, até o décimo dia do mês subsequente, relatórios de produção e veiculação autorizadas no mês anterior.

21.31. Disponibilizar à SEMCID, até o décimo dia do mês subsequente, por meio de CD ou DVD ou envio virtual, o conjunto de peças produzidas no período, em sua versão final e aprovada, para fins de arquivamento e registro.

21.32. Manter, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo probatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas oriundas deste instrumento.

21.33. A agência não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses dos contratantes, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

22.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a agência.

22.3. Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à Contratada e às condições de contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, pela Contratada.

22.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

22.5. A juízo da CONTRATANTE, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a CONTRATADA apresentou na concorrência que deu origem a este instrumento poderá vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

22.6. Comunicar, por escrito, à agência, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.

22.7. Efetuar os pagamentos conforme previsto no Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

22.8. Divulgar em site próprio as informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e de veículos de comunicação e divulgação. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação, nos termos do disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 12.232/2010.

23. DAS SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS

23.1. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

23.2. Os acréscimos e/ou supressões não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

23.3. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Coordenação de Contratos, da Gerência da Central de Licitações, Compras e Contratos, do Município de Vitória.

24. DAS CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

24.1. Os documentos de cobrança da Contratada, compostos de 01 (uma) via da Nota Fiscal/Fatura ou de Fatura com a respectiva Nota Fiscal e 01 (uma) via do documento fiscal do fornecedor com o **comprovante do respectivo serviço, elaborado nos moldes previstos no Art. 15 da Lei 12.232/2010**, serão liquidados, salvo em casos prévia e expressamente autorizados pela Contratante, mediante crédito na conta corrente a ser informada pela Contratada, da seguinte forma:

- a)** Veiculação: mediante apresentação dos documentos de cobrança, tabelas de preços dos veículos e respectivos comprovantes de veiculação, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o mês de veiculação;
- b)** Produção: mediante apresentação dos documentos de cobrança, demonstrativos de despesas, e respectivos comprovantes, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o mês de produção;
- c)** Outros serviços de terceiros: mediante a entrega dos serviços solicitados, dos documentos de cobrança e respectivos comprovantes, nos vencimentos previamente ajustados com a CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

24.2. Os documentos de cobrança e demais documentos necessários ao reembolso de despesas deverão ser formalizados no Protocolo Virtual da Prefeitura Municipal de Vitória, através do site protocolo.vitoria.es.gov.br.

24.3. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

24.4. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

24.5. A Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

24.6. Os pagamentos a terceiros por serviços prestados, incluídos os de veiculação, serão efetuados, pela Contratada, nos prazos e condições previamente aprovados pela Contratante e expressos pelos fornecedores em documentos fiscais, considerando que a Contratante repasse à Contratada os recursos necessários dentro do prazo determinado.

24.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

24.8. A Contratada apresentará à Contratante, cópias dos respectivos documentos fiscais que comprovem os pagamentos feitos a terceiros, até 10 (dez) dias consecutivos após sua realização.

24.9. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

24.10. O pagamento será efetuado somente após a comprovação e atestação da realização do serviço por parte da pessoa que for designada para o acompanhamento e fiscalização de sua execução, com o visto do titular da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.

24.11. Os pagamentos serão feitos conforme disposto neste item, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b)** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- e)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f)** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- g)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço:

<http://tributario.vitoria.es.gov.br/servicos/CertidaoNegativa/CertidaoNegativa.aspx>).

24.12. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

- I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;
- II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido no Contrato;
- III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

24.13. É expressamente vedado à Contratada cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

24.14. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, garantido à contratada o direito ao contraditório e da ampla defesa.

24.15. Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no contrato, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar atualização financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (12) / 100 \times ND / 360$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

24.16. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal / Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Município de Vitória;

24.17. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

- a) Percentual de desconto de (xxxxx por cento), sobre os custos internos dos serviços executados por esta licitante, baseados na Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Espírito Santo, referentes a peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;
- b) Percentual de honorário de (xxx por cento), incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

c) Percentual de honorário de (xxx por cento), incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes aos serviços descritos abaixo:

i. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.

ii. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

iii. À reimpressão de peças publicitárias.

24.18. Despesas com o deslocamento de profissionais da CONTRATADA ou de seus representantes serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse da CONTRATANTE, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela CONTRATADA, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

24.19. A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente ao futuro Contrato.

24.20. As formas de remuneração estabelecidas nesta Cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação deste Contrato.

24.21. DESCONTO DE AGÊNCIA

24.21.1. Além da remuneração prevista nesta Cláusula, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência, calculado sobre os preços de tabela ou sobre os preços acertados para a veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois, a ser concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/65 e com o art. 11 do Regulamento da Lei nº 4.680/65, aprovado pelo Decreto nº 57.690/66 e alterado pelo decreto nº 4.563/2002.

24.22. DIREITOS AUTORAIS

24.22.1. O valor dessa cessão é considerado incluso nas modalidades de remuneração definidas nesta Cláusula e abrange todos os direitos de titularidade da CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

24.22.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência deste Contrato, com ou sem eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA.

24.22.3. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA solicitará de cada contratado 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que CONTRATANTE escolha uma das opções.

24.22.4. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA condicionará a contratação do serviço por período mínimo de 12 (doze) meses e utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.

24.22.5. Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:

a) Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes, os fotolitos e demais trabalhos assemelhados;

b) Estabeleçam que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

24.22.6. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão - definitiva ou por tempo limitado - será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

24.22.7. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

24.22.8. A critério da CONTRATANTE poderá esta aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, dentre eles o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e sociedades integrantes do Poder Executivo Federal. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente ao CONTRATANTE.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

- 25.1.** A entrega das propostas, por parte do licitante, implica na aceitação de todas as condições expressas no presente Edital, seus anexos e legislação pertinente.
- 25.2.** Somente poderão tomar quaisquer decisões em nome dos licitantes os representantes que comprovarem tal condição, por intermédio de documento próprio, conforme Anexo disponibilizado no Edital.
- 25.3.** Os envelopes contendo a documentação técnica, proposta de preços e habilitação, serão recebidos pela SEGES/CPL até o prazo limite previsto para o recebimento dos mesmos.
- 25.4.** A SEGES/CPL poderá convocar servidores do Município de Vitória e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município de Vitória, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer dos licitantes, para assessorá-la no processamento e no julgamento das propostas.
- 25.5.** A SEGES/CPL se reserva o direito de proceder a buscas, diligências e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação e/ou desclassificação, o licitante que apresentar documentos e/ou proposta em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital, além de incorrer nas sanções previstas neste Edital, concomitantemente com legislações específicas.
- 25.6.** A Comissão Permanente de Licitação – SEGES/CPL, submeterá o conteúdo dos envelopes “A” e “C” - Proposta Técnica à análise e julgamento pela Subcomissão Técnica, formada para esse fim específico, em atendimento ao § 1º do art. 10 da Lei 12.232/10.
- 25.7.** Das reuniões de abertura dos envelopes Proposta Técnica, Proposta de Preços e Habilitação, serão lavradas atas circunstanciadas, que deverão ser assinadas pelos membros da SEGES/CPL e demais presentes, e mencionarão todos os licitantes, as reclamações porventura feitas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação. Os interessados que estiverem ausentes serão devidamente intimados do resultado da reunião, na forma da lei.
- 25.8.** Qualquer licitante, através de seu representante legal, poderá fazer constar em ata seus reclames, ficando a critério da SEGES/CPL considerá-los ou não, todavia, não possuindo efeito de recurso, que tem seu próprio procedimento.
- 25.9.** Ocorrendo inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas, a Administração Municipal PODERÁ fixar aos licitantes o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que as levaram à inabilitação ou à desclassificação, de acordo com o §3º do art. 48 da lei 8.666/93.
- 25.10.** Não será habilitada a empresa que tenha sido declarada inidônea por quaisquer órgãos da Administração Pública e/ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e/ou de contratar com a Administração Pública Municipal de Vitória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

25.11. A SEGES/CPL fornecerá aos interessados, além do Edital e seus Anexos, outros elementos que, a seu critério, sejam considerados indispensáveis ao pleno conhecimento da presente licitação.

25.12. A SEGES/CPL poderá, a qualquer tempo, antes da data limite para a apresentação dos envelopes, introduzir aditamentos, modificações ou revisões no Edital, na forma de um adendo, procedendo a sua divulgação através dos mesmos meios de comunicação utilizados nesta licitação, bem como disponibilizará o inteiro teor das alterações a todos os interessados que tenham retirado o Edital, através do site www.vitoria.es.gov.br, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.13. É facultado à SEGES/CPL, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer e/ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na documentação e/ou nas propostas de preços.

25.14. No caso de eventual divergência entre o edital de licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.15. Os casos omissos serão resolvidos pela SEGES/CPL, podendo a mesma convocar servidores do Município de Vitória e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município de Vitória, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer dos licitantes, para assessorá-la no processamento e no julgamento das propostas.

25.16. A Administração Municipal poderá revogar a presente licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.17. O Presidente do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor se reserva o direito de revogar ou anular a presente licitação, nos casos previstos em lei.

Vitória - ES, 20 de dezembro de 2023

Jaqueline Carmo Murça
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO I (DO EDITAL) - TERMO DE REFERÊNCIA

(ARQUIVO DIGITAL)

OBSERVAÇÃO: Documento em arquivo eletrônico (digital) disponibilizado para download pelo site portaldecompras.vitoria.es.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO II (DO EDITAL) - “BRIEFING”

(ARQUIVO DIGITAL)

OBSERVAÇÃO: Documento em arquivo eletrônico (digital) disponibilizado para download pelo site portaldecompras.vitoria.es.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO III (DO EDITAL) - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. DECLARAMOS que, na vigência do Contrato, adotaremos a seguinte política de preços para os serviços descritos:

a) _____% (_____por cento) de **Desconto** em percentual, sobre os custos internos dos serviços executados, baseados na Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Espírito Santo, referentes a peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação:

b) _____%(_____por cento) de **Honorário** em percentual, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação:

c) _____%(_____por cento) de **Honorário** em percentual, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão, referentes aos seguintes serviços:

I. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste;

II. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

III. À reimpressão de peças publicitárias.

2. OUTRAS DECLARAÇÕES:

a) Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

b) O prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias, contados de sua apresentação.

c) Repasse à Prefeitura de Vitória de 2% (dois por cento) do desconto-padrão concedido as Agências de Propaganda pelos veículos de divulgação.

(Local e Data)
(nome e identificação do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO IV (DO EDITAL) - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

À

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CPF sob o nº,
DECLARA, sob as penalidades legais a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Concorrência nº 024/2022.

_____, ____ de _____ de _____.

____(nome(s) e assinatura da proponente)____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO V (DO EDITAL) - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988

LOCAL E DATA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

SEGES/CPL

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

DECLARAÇÃO

A empresa _____(Nome da Empresa)_____, estabelecida à _____(Endereço Completo)_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Vitória/ES, xx de xxxxxxx de 2022.

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO VI (DO EDITAL) – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

Concorrência Nº 024/2022

À Senhora Presidente

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV/SEGES/CPL

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr(ª), portador(a) do CPF nº e da Carteira de Identidade nº....., **DECLARA**, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, não estar incurso em nenhuma das vedações do § 4º, do art. 3º da referida Lei.

_____, ____ de _____ de _____.

(nome(s) e assinatura do(s) responsável(eis) pela proponente)

(nome da proponente/carimbo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO VII (DO EDITAL) - MODELO DE CARTA CREDENCIAL

para o(s) representante(s) da(s) proponente(s)

CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

_____, ____ de _____ de _____.

À

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

....., inscrita no CPF sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr(ª), portador(a) do CPF nº e da Carteira de Identidade nº, abaixo assinado, vem pela presente informar que o(s) Sr.(s) _____(nome dos credenciados), portador(es) do(s) CPF(s) nº(s) _____ e Carteira(s) de Identidade nº(s) _____ é(são) pessoa(s) designada(s) por nós para acompanhar o CONCORRÊNCIA Nº 024/2022, podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, fazer o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Atenciosamente,

_____(nome(s) e assinatura do(s) responsável(eis) pela proponente)____

_____(nome da proponente/carimbo)____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ANEXO VIII (DO EDITAL) - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços Nº XXX/XXXX
Processo Administrativo Nº 5165226/2022
Concorrência Nº 024/2022
ID (CIDADES): 2022.077E0600022.01.0208

Contrato de prestação de serviços que celebram entre si o **Município de Vitória** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**, órgão de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº 21.786.593/0001-33, com sede à Av. Maruípe, nº 2544, Itararé, CEP: 29.047-495, nesta Capital, representada legalmente pelo **PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**, Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, adiante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa, CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida à Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, tendo por seu representante legal, o Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **Contrato de Prestação de Serviço**, nos termos da Lei Federal nº 12.232 de 29/04/2010, Lei Federal nº 4.680, de 18/06/195, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 7.797, de 14/10/2009 e suas alterações, Decreto Federal nº 57.690, de 01/02/1966, Decreto Federal nº 4.563, de 31/12/2002, Decreto Municipal nº 14.845, de 24/09/2010, Decreto Municipal nº 17.959, de 20/12/2019 e suas alterações, Decreto Municipal nº 16.522, de 16/11/2015 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, e da **Concorrência nº 024/2022**, bem como demais legislações aplicáveis à matéria de acordo com o disposto no Processo Administrativo nº **5165226/2022**, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

1.1 Constitui objeto do presente Instrumento a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias aos veículos e demais meios de divulgação.

1.1.1. Também integram o objeto deste Contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- a)** Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;
- b)** À produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;
- c)** À criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

1.1.2. A contratação dos serviços, elencados no subitem 1.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir os atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e instituições da Administração Municipal de Vitória/ES, cujo conteúdo deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social.

1.1.3. O planejamento, previsto no subitem 1.1, objetiva subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios e veículos de divulgação tradicionais (off-line) como digitais (on-line), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

1.1.4. As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea “a” do subitem 1.1 terão a finalidade de:

- a)** Gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo e os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;
- b)** Aferir o desenvolvimento estratégico, a criação, a veiculação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;
- c)** Possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

1.1.5. Os serviços previstos nos subitens 1.1 e 1.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

1.1.5.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículos de divulgação.

1.1.6. A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nos subitens 1.1 e 1.1.1 deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do Art. 10, II, "b" da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A Contratada deverá iniciar a execução do serviço em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços (OS).

3.2 O prazo de execução dos serviços fica fixado em 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços (OS). Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão contratante.

3.3 Os serviços deverão ser executados conforme descrito neste documento, edital e contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1 O valor estimado desta contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXX), pelos primeiros 12 (doze) meses.

4.2 O Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor se reserva do direito de, a seu critério, executar ou não a totalidade do valor contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas para a contratação dos serviços decorrentes do presente Edital correrão à conta da **Dotação Orçamentária:** 17.02.00.14.422.0011.2060, **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.82 e **Fonte de Recurso:** 2.990.0010.0000.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

meses, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente, observado o disposto no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

6.2 Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura.

6.3 A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

6.4 A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste edital.

6.5 A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 Os documentos de cobrança da Contratada, compostos de 01 (uma) via da Nota Fiscal/Fatura ou de Fatura com a respectiva Nota Fiscal e 01 (uma) via do documento fiscal do fornecedor com o comprovante do respectivo serviço, elaborado nos moldes previstos no Art. 15 da Lei 12.232/2010, serão liquidados, salvo em casos prévia e expressamente autorizados pela Contratante, mediante crédito na conta corrente a ser informada pela Contratada, da seguinte forma:

a) Veiculação: mediante apresentação dos documentos de cobrança, tabelas de preços dos veículos e respectivos comprovantes de veiculação, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o mês de veiculação;

b) Produção: mediante apresentação dos documentos de cobrança, demonstrativos de despesas, e respectivos comprovantes, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o mês de produção;

c) Outros serviços de terceiros: mediante a entrega dos serviços solicitados, dos documentos de cobrança e respectivos comprovantes, nos vencimentos previamente ajustados com a CONTRATANTE.

7.2 Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

7.3 Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

7.4 A Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.5 Os pagamentos a terceiros por serviços prestados, incluídos os de veiculação, serão efetuados, pela Contratada, nos prazos e condições previamente aprovados pela Contratante e expressos pelos fornecedores em documentos fiscais, considerando que a Contratante repasse à Contratada os recursos necessários dentro do prazo determinado.

7.6 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.7 A Contratada apresentará à Contratante, cópias dos respectivos documentos fiscais que comprovem os pagamentos feitos a terceiros, até 10 (dez) dias consecutivos após sua realização.

7.8 É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

7.9 O pagamento será efetuado somente após a comprovação e atestação da realização do serviço por parte da pessoa que for designada para o acompanhamento e fiscalização de sua execução, com o visto do titular da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.

7.10 Os pagamentos serão feitos conforme disposto neste item, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b)** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- c)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- d)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- e)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f)** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- g)** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço:
<http://tributario.vitoria.es.gov.br/servicos/CertidaoNegativa/CertidaoNegativa.aspx>).

7.11 Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

I - Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;

II - Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido no Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

III - Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

7.12 É expressamente vedado à Contratada cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

7.13 A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, garantido à contratada o direito ao contraditório e da ampla defesa.

7.14 Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no contrato, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar atualização financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF \times (12) / 100 \times ND / 360$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.15 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal / Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Município de Vitória;

7.16 Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

a) Percentual de desconto de ____ (xxxxx por cento), sobre os custos internos dos serviços executados por esta licitante, baseados na Tabela Referencial de Custos Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Espírito Santo, referentes a peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

b) Percentual de honorário de ____ (xxx por cento), incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

c) Percentual de honorário de ____ (xxx por cento), incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão desta licitante, referentes aos serviços descritos abaixo:

i. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

ii. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando a sua distribuição/veiculação não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

iii. À reimpressão de peças publicitárias.

7.17 Despesas com o deslocamento de profissionais da CONTRATADA ou de seus representantes serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse da CONTRATANTE, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela CONTRATADA, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

7.18 A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente ao futuro Contrato.

7.19 As formas de remuneração estabelecidas nesta Cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação deste Contrato.

7.20 DESCONTO DE AGÊNCIA:

7.21.1 Além da remuneração prevista nesta Cláusula, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência, calculado sobre os preços de tabela ou sobre os preços acertados para a veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois, a ser concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/65 e com o art. 11 do Regulamento da Lei nº 4.680/65, aprovado pelo Decreto nº 57.690/66 e alterado pelo decreto nº 4.563/2002.

7.21 DIREITOS AUTORAIS:

7.21.1 O valor dessa cessão é considerado incluso nas modalidades de remuneração definidas nesta Cláusula e abrange todos os direitos de titularidade da CONTRATADA;

7.21.2 A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência deste Contrato, com ou sem eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA.

7.21.3 Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA solicitará de cada contratado 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que CONTRATANTE escolha uma das opções.

7.21.4 Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA condicionará a contratação do serviço por período mínimo de 12 (doze) meses e utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

7.21.5 Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:

a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes, os fotolitos e demais trabalhos assemelhados;

b) estabeleçam que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

7.21.6 Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

7.21.7 A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

7.21.8 A critério da CONTRATANTE poderá esta aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, dentre eles a Secretaria Municipal de Governo e Comunicação e sociedades integrantes do Poder Executivo Federal. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INFORMAÇÕES DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pelos seguintes servidores:

8.1.1. Gestor do Contrato:

Nome Completo: **Raquel Zippinotte Vionet Leão**

Matrícula: 636815

Cargo: Gerente de Proteção e Defesa do Consumidor - respondendo

Setor de Trabalho: SEMCID/GPDC

E-mail: raquelvionet@vitoria.es.gov.br

Telefone para contato: (27) 33826698

8.1.2. Designação do Fiscal do Contrato:

Nome Completo: **Fernanda da Silva Mota**

Matrícula: 632352

Cargo: Assessor(a) Técnica



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Setor de Trabalho: SEMCID/GPDC
E-mail: fsmota@vitopria.es.gov.br
Telefone para contato: (27) 33826698

8.2 Estes serão responsáveis por fazer a gestão e fiscalizar a execução deste contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terá(ão) poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção.

8.3 O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste Edital e seus anexos.

8.4 A fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da Contratada pela perfeita execução dos serviços objeto deste Edital.

8.5 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da Contratante.

8.6 A Contratada adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, distribuição ou veiculação, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a Contratante.

8.7 A autorização, pela Contratante, dos planos de mídia e dos serviços executados pela Contratada ou por seus fornecedores de bens e de serviços especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação das veiculações e dos serviços.

8.8 A ausência de comunicação por parte da Contratante, referente a irregularidade ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste Edital.

8.9 A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

8.10 A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à Contratante.

8.11 A Contratante é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste Edital, juntamente com representante credenciado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O Contratado fica sujeito à penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

contrato e das demais cominações legais, conforme art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993 pelos seguintes motivos:

- a)** Por recusa do adjudicatário/contratado em assinar/receber o Contrato/Ordem de Serviços (OS), dentro dos 05 (cinco) dias úteis após a convocação: até 02 (dois) anos;
- b)** Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;
- c)** Apresentar documentação falsa: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- d)** Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- e)** Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.
- f)** Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será
- g)** definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

9.2 Ao(s) Licitante(s)/Contratado poderá(ão) ser aplicada(s), ainda, a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I. Advertência:

- a)** Nos casos de atrasos injustificados do início da execução dos serviços em até 10 (dez) dias;
- b)** Nos casos de faltas leves corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração e para os munícipes.

II. Multas nos seguintes casos e percentuais:

- a)** Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega de material ou execução de serviço superior a 03 (três) dias e até 15 (quinze) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida;
- b)** Multa de Mora: Por atraso injustificado na entrega de material ou execução de serviço superior a 15 (quinze) dias: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

- c)** Multa de Mora: Pela recusa injustificada em apresentar a garantia contratual no prazo estabelecido no instrumento convocatório: 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços (OS);
- d)** Multa Compensatória: Por atraso injustificado na entrega de material ou execução de serviço superior a 30 (trinta) dias consecutivos: 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviços (OS) e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviço;
- e)** Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar o contrato uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;
- f)** Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário/contratado em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS) e/ou solicitar cancelamento da execução do contrato antes da emissão da Ordem de Serviço (OS), uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS), com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;
- g)** Multa Compensatória: Por inexecução parcial, injustificada, da Ordem de Serviços (OS): 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada;
- h)** Multa Compensatória: Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviços (OS), caracterizado pelo atraso na entrega de material ou execução de serviço após 60 (sessenta) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviços (OS) e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviços (OS);
- i)** Multa Compensatória: Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS) e, a critério da Administração Municipal, consequente rescisão contratual e cancelamento da Ordem de Serviços (OS).

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a)** Fraude na execução do contrato;
- b)** Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

9.3 As multas previstas no inciso II do item 9.2, poderão ser descontadas de imediato do pagamento devido, ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

9.4 As sanções previstas no item 9.1 e no inciso I do item 9.2 poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II do item 9.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5 As sanções previstas no item 9.1 e nos incisos I e II do item 9.2 são de competência da Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.6 A sanção prevista no inciso III do item 9.2 é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

9.7 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

9.8 A infringência total ou parcial de quaisquer das cláusulas constantes do Contrato a ser celebrado, poderá, à critério do Município de Vitória, observadas as disposições editalícias, contratuais e legais pertinentes, bem como respeitadas a ampla defesa e o contraditório, ensejar a aplicação à Contratada, as sanções previstas neste Edital e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, na forma dos arts. 87 e 109 da Lei Federal no 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1 Realizar, com seus próprios recursos e/ou mediante a contratação de terceiros, todos os serviços relacionados com o objeto deste Edital, de acordo com as especificações estipuladas pela Prefeitura.

10.1.2 Centralizar na Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho - SEMCID, a gestão da publicidade do Procon Municipal de Vitória, submetendo todo material a ser produzido pela CONTRATADA à análise prévia da SEMCID.

10.1.3 Utilizar os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços objeto deste Edital, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela SEMCID.

10.1.4 Substituir, a qualquer tempo, a pedido da SEMCID, específica ou definitivamente, qualquer profissional da equipe técnica da empresa que esteja realizando ou esteja designado para executar trabalho(s) para a Prefeitura.

10.1.5 Estar apta, a qualquer tempo, a prestar os serviços previstos ou os inerentes ao objeto contratado, destacando pessoa disponível para o atendimento das solicitações da Prefeitura durante todo o período da vigência do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

10.1.6 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações junto a terceiros e transferir, integralmente, ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, descontos especiais (além dos normais, previstos em tabelas), bonificações, reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens.

10.1.7 Negociar sempre as melhores condições de preço para os direitos autorais de imagem e som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias.

10.1.8 Fazer cotação de preços para todos os serviços de terceiros e apresentar, no mínimo, 03 (três) propostas, com a indicação da mais adequada para sua execução.

10.1.8.1 Se não houver possibilidade de obter 03 (três) propostas, a agência deve apresentar as justificativas pertinentes, por escrito.

10.1.9 Obter a aprovação prévia da SEMCID, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada ao objeto desta concorrência.

10.1.10 Responsabilizar-se por produtos e/ou serviços realizados por meio de contratação de terceiros, zelando pelos cumprimentos dos prazos e pela qualidade da entrega final.

10.1.11 Submeter à aprovação da SEMCID a contratação de serviços ou compra de material de empresas em que a agência ou seus funcionários tenham, direta ou indiretamente, participação societária ou qualquer vínculo comercial.

10.1.12 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas (folhetos, cartazes, mala-direta, etc.) aprovadas pela SEMCID.

10.1.13 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da SEMCID, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários, desde que essas ocorrências não tenham sido causadas pela própria agência.

10.1.14 Só divulgar informações que envolvam o nome da CONTRATANTE, acerca da prestação dos serviços objeto deste Contrato, mediante sua prévia e expressa autorização.

10.1.15 Prestar esclarecimentos à SEMCID sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a agência, independentemente de solicitação.

10.1.16 Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

10.1.17 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que der causa.

10.1.18 Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.

10.1.19 Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta concorrência, bem como as contribuições devidas à Previdência



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

10.1.20 Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

10.1.21 Apresentar, quando solicitado pela SEMCID, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

10.1.22 Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a Prefeitura.

10.1.23 Em casos de contratação de terceiros para a execução, total ou parcial, de serviços estipulados neste instrumento, exigir dos eventuais contratados, no que couber, as mesmas condições do presente Contrato.

10.1.24 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da SEMCID.

10.1.25 Responder perante ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto desta concorrência.

10.1.26 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

10.1.27 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato a ser firmado após esta concorrência.

10.1.28 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a agência adotará as providências necessárias no sentido de preservar a Prefeitura e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará a Prefeitura das importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data do efetivo pagamento.

10.1.29 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedades ou direitos autorais, relacionados com os serviços objeto desta Concorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

10.1.30 Disponibilizar à SEMCID, até o décimo dia do mês subsequente, relatórios de produção e veiculação autorizadas no mês anterior.

10.1.31 Disponibilizar à SEMCID, até o décimo dia do mês subsequente, por meio de CD ou DVD ou envio virtual, o conjunto de peças produzidas no período, em sua versão final e aprovada, para fins de arquivamento e registro.

10.1.32 Manter, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas oriundas deste instrumento.

10.1.33 A agência não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses dos contratantes, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

10.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1 Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

10.2.2 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a agência.

10.2.3 Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à Contratada e às condições de contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, pela Contratada.

10.2.4 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

10.2.5 A juízo da CONTRATANTE, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a CONTRATADA apresentou na concorrência que deu origem a este instrumento poderá vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

10.2.6 Comunicar, por escrito, à agência, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.

10.2.7 Efetuar os pagamentos conforme previsto no Edital.

10.2.8 Divulgar em site próprio as informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e de veículos de comunicação e divulgação. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação, nos termos do disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 12.232/2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

11.1 Os percentuais de desconto e honorários serão fixos e irrevogáveis.

11.2 O VALOR ESTIMADO contratado poderá ser corrigido, POR SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que decorrido pelo menos 12 (doze) meses a contar da data de entrega da proposta. COM VISTAS À MANUTENÇÃO DO PODER DE CONTRATAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

12.1 Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais poderá ser permitida a contratação de terceiros de parte(s) do(s) serviço(s) contratado(s).

12.2 Somente poderão ser contratadas as atividades complementares que se enquadrem na descrição do § 1º do art. 2º da Lei 12.232/2010.

12.3 Os fornecedores contratados deverão estar previamente cadastrados pela PMV (art. 14 da Lei 12.232/10).

12.4 Haverá a necessidade de seguir os procedimentos de seleção descritos no art. 14, §§ 1º, 2º, 3º da Lei 12.232/10.

12.5 É vedada a subcontratação de outra agência de propaganda para execução dos serviços compreendidos no objeto da presente licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 A garantia de execução dos serviços contratados tem por objetivo garantir a CONTRATANTE o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações diretas ou indiretamente assumidas no contrato a ela adjudicado.

13.2 Em até **30 (trinta)** dias corridos após a assinatura do contrato, a proponente vencedora fica obrigada a apresentar garantia equivalente a **2% (dois por cento)** sobre o valor global do instrumento contratual, conforme art. 56 da Lei 8.666/93.

13.3 A garantia de execução do contrato será restituída mediante requerimento da CONTRATADA, após a expedição do Termo de Execução Definitiva dos Serviços.

13.4 Em se tratando de fiança bancária, títulos da dívida pública ou seguro-garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, que se encarregará de confirmar a autenticidade do documento, anexar cópia do mesmo no processo de formalização do contrato, bem como encaminhar a via original à SEMFA/GPC/CCASP para registro no sistema de contabilidade.

13.5 O título da dívida pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

13.6 Quando se tratar de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida pela Contratada através do DUA - Documento Único de Arrecadação no Código dos Tributos - Outras Receitas Correntes nº 4610.

13.7 O depósito da caução em dinheiro, deverá ser efetuado na conta específica da Contratante, conforme descrito abaixo:

CREDOR	UG	CNPJ	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA
FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	517	21.786.593/0001-33	BANESTES	236	28.061.638

13.8 Na hipótese da garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser emitida por Instituição Bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e conter expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.9 Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos serviços, respeitando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) a Contratada deverá proceder o reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido no subitem 14.2.

13.10 Havendo prorrogação do prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a CONTRATADA reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Edital e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a CONTRATANTE dos créditos da contratada, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente.

13.11 A garantia só será liberada ante à comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhista decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês, após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS

14.1 A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

14.2 Os acréscimos e/ou supressões não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

14.3 As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Coordenação de Contratos, da Gerência da Central de Licitações, Compras e Contratos, do Município de Vitória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

15.2 O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada.

15.3 Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados e aprovados pelo órgão fiscalizador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória, ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma (assinatura física) e, no caso de utilização de assinatura digital qualificada, será em somente 01 (uma) via, para que surta um só efeito e a data do termo deverá ser considerada a data da última assinatura.

Vitória, ____ de _____ de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO MUNICIPAL XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____